GAMBA

Grupo Ambientalista da Bahia

Relatório de Atividades 2015 e 2016

O Gambá

O Gambá surgiu do bate-papo apaixonado de alguns sonhadores que desejavam rever as relações entre os seres humanos e a natureza. Era começo dos anos 80 e chegava ao fim a fase da ditadura militar, marcada pela repressão às liberdades políticas, quando as pessoas eram proibidas de se organizar em associações e sindicatos. Muita gente que tinha sido duramente reprimida por ser contra o regime militar encontrou na militância pela preservação do meio ambiente um novo ânimo e uma nova disposição de luta por mudanças na sociedade.

Naquele momento, estourava no mundo a preocupação com o futuro do planeta já que a natureza começava a dar sinais claros de que os recursos naturais não eram infinitos como se acreditava. Era urgente ter o meio ambiente equilibrado, livre da ganância do consumismo exacerbado e da insensatez humana.

O sonho daquelas pessoas que se reuniam regularmente em praças, parques, playgrounds e em qualquer lugar possível foi concretizado no dia 14 de abril 1982, quando os 11 sócios fundadores assinaram a ata de fundação da organização. A partir daí, o grupo cresceu em número de associados, na seriedade com que trabalha as causas ambientais, na sua postura ética, nos seus erros e acertos e na sua ousadia.

O nome do grupo foi sugerido por um dos associados. Um nome polêmico, pois muitos insistiam em dizer “gâmba”, mas acabou prevalecendo a sigla Gambá, fazendo lembrar aquele bichinho, aparentemente inofensivo que, ao ser provocado, solta um cheiro forte capaz de afugentar até animais valentes, como a onça. O Gambá tem enfrentado e incomodado, ao longo de sua história, muitos “bichos” inconvenientes, por não se comportarem de forma ecologicamente correta.

As primeiras lutas do Gambá foram para chamar a atenção da sociedade baiana para a riqueza do seu patrimônio natural, principalmente com relação ao esgotamento de bens como a água, a Mata Atlântica e os seus ecossistemas associados, como dunas, lagoas e manguezais, além dos graves problemas causados pela poluição industrial, pela falta de saneamento básico, pelo uso de agrotóxicos, pela poluição das praias, rios e lagoas, pela exploração de urânio e suas conseqüências.

Além de sacudir a sociedade para o despertar diante de tantos problemas ambientais, através de ações educativas e de mobilização, o Gambá atuou firmemente frente aos poderes públicos para a criação de instrumentos legislativos, executivos e judiciários que garantissem um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e na proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Nos primeiros anos as atividades do Gambá foram marcadas por denúncias e protestos. Aos poucos o grupo engajou-se também nas discussões das políticas públicas de forma mais propositiva, participando de conselhos e comissões, nas três esferas governamentais.

No decorrer da história, o amadurecimento do grupo aponta para o desenvolvimento de projetos demonstrativos como uma estratégia de ação que visa superar a

simples denúncia e instaurar práticas sustentáveis nos aspectos sócio-culturais e econômicos, especialmente nas áreas de conservação de ecossistemas, acompanhamento de políticas públicas e formação de cidadania. Até o início dos anos 90, as ações do Gambá foram baseadas no trabalho estritamente voluntário. Hoje, além dos voluntários, a depender da atividade, a organização conta também com uma equipe de profissionais nas áreas técnica e administrativa e conquistou credibilidade e reconhecimento, tornando-se também referência local, regional e nacional na área ambiental.

Quem somos:

Coordenação e conselheiros:

Conselho Diretor

Leana Mattei
Maria Alice Cintra (Lilite)
Severino Agra Filho

Coordenação Executiva

Milene Maia Oberlaender
Renato Pêgas Paes da Cunha

Conselho Fiscal
Titulares

Maria de Fátima do Nascimento
Maria Margarida Braga Serrão
Vitório Paulo da Silva

Suplentes

Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Eduardo Cardoso Cesana
Manoel Barreto da Rocha Neto

Conselho Consultivo

Alethea Yoemi Fuscaldo
Ana Angélica
Ana Cláudia Fandi
Anselmo Serrat
Avelar Luiz Bastos Mutim
Fernando Martins Carvalho
Flávio Pantarotto
Jean François Timmers
Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha
Luis de Lima Barbosa
Luiz Roberto Moraes
Marcia Engel
Maria Lúcia Mendes de Carvalho
Mariana Matos Santana
Manuela TorresTambellini
Normando Batista Santos
Patrícia Campos Borja
Pedro Ricardo Silva Moreira
Rogério Mucugê Miranda
Rubens Nunes Sampaio
Virgínia Yoemi Fujiwara

Equipe em 2015 e 2016

Ailton Gonçalves Nascimento – Viveirista
Ana Claudia Fandi – Bióloga
Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando – Bióloga
Antônio Mácio Santos Oliveira – Viveirista
Cíntia Regina de Jesus Hipólito – Assessora administrativa financeira
Cloves Nascimento dos Santos – Viveirista
Daniele de Souza Quintela – Assessora administrativa financeira
Genaizo dos Santos Machado – Viveirista

Isabelle Aparecida Dellela Blengini – Bióloga
Juliana de Melo Leonel Ferreira – Assessora de Comunicação
Luciano Amorim Cortes – Gerente do CPMVS
Maíra Ulhôa Cintra Paes da Cunha – Arquiteta
Maria Alineia Lopes Nunes Vieira (Mara) – Serviços gerais
Maria Aleluia Costa dos Santos – Serviços gerais
Oswaldina Rocha dos Santos Cruz – Mobilizadora de campo
Rodolfo Moreno Costa Rodrigues – Engenheiro Agrônomo
Telma Moreira da Silva - Assistente Administrativa
Vanessa Sales Pimentel – Educadora Ambiental

Siga-nos na rede!

www.gamba.org.br

- Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
- PMMAs com o Gambá

Índice

Programa Conservação de Ecossistemas

Projeto Ações Ambientais Sustentáveis..... 7
Projeto Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação
no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica 8

Programa de Acompanhamento de Políticas Públicas

Planos Municipais de Conservação e Recuperação
da Mata Atlântica 11
Observatório das Políticas Públicas – Salvador..... 12
Monitoramento do processo de licenciamento
ambiental do Complexo Portuário Porto Sul..... 13
Observatório do Código Florestal..... 14
Rede de Ongs da Mata Atlântica..... 15
Articulação Antinuclear Brasileira 16

Programa de Formação da Cidadania

Rede de Educação Ambiental da Bahia..... 19
Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia..... 19
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia..... 20
Grupo de Estudos do Gambá..... 20

Comunicação

A comunicação do Gambá em 2014..... 23

Negócios Socioambientais

Viveiro.....25
Turismo Científico.....25

Programa

Conservação de Ecossistemas

Projeto Ações Ambientais Sustentáveis
PAAS - Uma nova fase 2013 – 2015

O ano de 2015 marcou a finalização do Projeto Ações Ambientais Sustentáveis em sua segunda fase. O projeto atuou entre agosto de 2013 e julho 2015 realizando restauração florestal, implantação de cerca viva e educação ambiental em 8 municípios ao redor ou próximos da Serra da Jiboia, no Recôncavo Sul da Bahia.

O projeto foi executado pelo Gambá com o patrocínio da Petrobras através do Programa Petrobras Socioambiental. Antes disso, entre 2010 e 2012, foi realizada a primeira edição do projeto, com ações semelhantes.

No total foram repassados R$ 1.849.292 de patrocínio da Petrobras ao projeto, tendo como contrapartida do Gambá em instalações, bens e equipamentos, o valor equivalente a R$ 180.360.

O Gambá continua atuando no Recôncavo Sul e contamos com nossos parceiros do PAAS e de sempre para as próximas ações.

No foco de nossa atuação daqui para frente está a proteção da Serra da Jiboia, relevante motivo das nossas ações ambientais sustentáveis na região.

As ações de restauração florestal e fomento ao uso sustentável dos recursos naturais continuam, mas em outro molde. Sem financiamento de editais, por enquanto, o Gambá está procurando estabelecer um modelo de negócio socioambiental que garanta a sustentabilidade financeira da instituição e gere impacto positivo na região.

A ideia é construir um modelo de negócio que gere renda em atividades benéficas ao meio ambiente e fomentar uma cadeia produtiva que agregue parceiros trabalhando com esse objetivo.

O relatório de atividades e financeiro do projeto foi aprovado na Petrobras em todas as instâncias.

Entre os resultados do projeto destacamos:

- Recuperação de 15,47 hectares de APPs degradadas, com reflorestamento. A meta era 8 hectares.

- Implantação de 8,37 km de cercas vivas em propriedades rurais da região. A meta era 5 km.

- Implantação de um herbário instalado na UFRB e instalação de uma câmara fria no CPMVS.

- Avaliação da fixação de carbono obtida em uma restauração do Gambá. Foram 47,85 ton/ha em uma restauração de 16 anos.

- Mobilização direta de 3.432 pessoas, através de 6 eventos de sensibilização.

- Realização de 4 oficinas para capacitação de voluntários ambientais, duas oficinas sobre Planos Municipais Mata Atlântica (PMMA), além do já conhecido e esperado Curso de Coleta e Beneficiamento de Sementes Florestais Nativas.

- Gestão participativa do projeto com a realização de 6 encontros do Conselho Gestor

Projeto Unidade de Conservação da Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica

Projeto Serra da Jiboia

O Projeto Serra da Jiboia iniciou-se junho de 2014 e finalizou em novembro de 2015. Foi executado pelo Gambá em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ele abrangeu os cinco municípios que compõem a Serra da Jiboia: Elísio Medrado, Santa Terezinha, Varzedo, São Miguel das Matas e Castro Alves, no estado da Bahia.

A Serra da Jiboia está inserida na porção norte do Corredor Central da Mata Atlântica e detem um dos últimos maciços significativos de Mata Atlântica do Recôncavo Sul Baiano, com remanescentes florestais, grande parte em estado avançado de regeneração, entremeados por fragmentos bem preservados, formando um maciço contínuo. Trata-se de uma região de transição entre a Mata Atlântica e Caatinga, o que a torna extremamente peculiar.

A equipe de pesquisadores e consultores realizou a caracterização socioeconômica e ambiental da Serra da Jiboia e do seu entorno para subsidiar uma proposta técnica de unidade de conservação, trabalho que foi acompanhado por um Conselho Gestor com representantes locais.

Embasada nos estudos, a equipe de especialistas e comunidades, cruzando os dados bióticos, abióticos e socioeconômicos chegou a uma composição de um parque na área mais florestada e uma área de proteção ambiental no entorno do parque. Junto com a RPPN Guarirú, que já existe, elas comporiam um mosaico de UCs.

Além da proposta técnica o projeto também teve como produto a produção de uma publicação chamada Trilhando a Serra da Jiboia. Feita em linguagem popular e com muitas informações sobre a Serra, a sua distribuição em escolas e instituições locais vai garantir a informação e mobilização local para as audiências públicas que devem ser realizadas pelos órgãos competentes.

Também esteve no escopo desse projeto a reativação do Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Recôncavo Sul da Bahia. Para isso, foram realizadas 3 reuniões do colegiado,com o fomento do Gambá.

As atividades do projeto foram realizadas até novembro de 2015. Em 2016, seguiu a articulação e mobilização dos órgãos públicos para a efetiva criação das UCs. A proposta técnica foi entregue no Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Assembleia Legislativa da Bahia. Obtivemos também o apoio do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que enviou moção de apoio à criação das UCs a todos os órgãos citados.

A Assembleia Legislativa da Bahia também fez uma indicação de apoio à criação deste mosaico.

As articulações a nível estadual ainda estão pendentes devido à falta de celeridade dos órgãos ambientais. Foi criado um Grupo de Trabalho composto pela equipe do projeto, Sema e Inema para encaminhar a proposta para efetivação, mas este ainda não emitiu seu parecer.

Fotos

Lançamento da Proposta de Unidade de Conservação da Serra da Jiboia em Santa Teresinha, em fevereiro de 2016.

Entrega da Proposta de Unidade de Conservação da Serra da Jiboia à Sema, em abril de 2016.

Audiência Pública sobre a Serra da Jiboia na Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia, em abril de 2016

5ª reunião do Conselho Gestor do PAAS, em Castro Alves

Plantio de mudas do PAAS

Beneficiários de plantio de cerca viva pelo PAAS no Quilombo Campo Grande, em Santa Teresinha

Programa

Acompanhamento de Políticas Públicas

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMMA

O Gambá está engajado na estratégia de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA), ferramenta de planejamento territorial prevista na Lei da Mata Atlântica.

Elaborou, inicialmente, os PMMAs de Ilhéus (BA) e Gloria do Goitá (PE) e realizou capacitações para cerca de 40 representantes de municípios do Nordeste, entre 2011 e 2013, com apoio do Ministério do Meio Ambiente através do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Além disso, contribuiu na definição do roteiro metodológico para elaboração dos PMMAs.

Em 2013/14, em parceria com a ONG Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, Prefeitura e Movimento de Defesa de Porto Seguro, participou da elaboração do plano deste município.

Desde março de 2014, está trabalhando na elaboração de 9 planos em municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia, de forma integrada com os Conselhos de Meio Ambiente dos municípios, poder público municipal, além de diversos segmentos da sociedade civil.

A região do Sul e Extremo Sul da Bahia mantem importantes remanescentes florestais e ecossistemas associados que compõem o Corredor Central da Mata Atlântica, além de ser considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Encontra-se nesta região, o maior fragmento de Floresta Atlântica do nordeste, bem como uma importante concentração de áreas protegidas, entre unidades de conservação públicas e privadas e Terras Indígenas.

A elaboração dos PMMAs nos 9 municípios, é uma grande oportunidade de efetivar o uso sustentável dos recursos naturais da região, através de um planejamento participativo e integrado por meio da análise da paisagem da microrregião, além de propiciar a gestão regional por meio de um instrumento de governança ampliado.

Os municípios contemplados por este projeto são: Eunápolis, Itabela, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Santa Cruz Cabrália, Belmonte e Canavieiras.

Em cada um deles foi realizada uma oficina participativa de diagnóstico e outra para a construção do plano de ação. Além disso, em todos eles o Plano foi apresentado e aprovado no Conselho Municipal de Meio Ambiente ou homólogo e, por fim, lançado em evento público.

Essas oficinas e eventos foram realizados desde 2014 até 2017, estando pendente somente a diagramação e o lançamento do plano de Belmonte.

Em agosto de 2017 será realizada uma oficina de integração regional, para que as gestões municipais planejem ações integradas para a gestão ambiental regional.

Observatório das Políticas Públicas – Salvador

Essa iniciativa visa realizar o monitoramento da gestão ambiental e urbanística de Salvador e está sendo viabilizado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Habitação e Urbanismo, e algumas empresas que cometeram irregularidades ambientais na cidade. A título de reparação de danos, devem proceder à adoção de medidas compensatórias, investindo em projetos ambientais na cidade da Salvador. O Gambá foi escolhido como um dos intervenientes.

O TAC também estabelece que o Gambá dará apoio técnico-jurídico à Promotoria na área urbanística para procedimentos investigatórios do Ministério Público. Para atender os objetivos específicos, foram ou estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Análise do marco legal ambiental e urbanístico e sugestões de melhorias, em especial a revisão do PDDU e projeto de lei que dispõe sobre a política ambiental de Salvador, ainda em análise. Ao longo de 2015 o Gambá acompanhou o processo de formulação do projeto de lei e mediante o não cumprimento de requisitos básicos para a tal processo entrou, em parceria como o Ministério Público, com uma ação civil pública pedindo a revisão do projeto já enviado para a câmara de Salvador.

- Análise e acompanhamento de processos, cumprimento de condicionantes e fiscalização do licenciamento ambiental.

- Apoio e participação nos procedimentos jurídicos do Ministério Público sobre a questão ambiental e urbanística.

- Articulação política visando controle social das políticas públicas de desenvolvimento municipal.

Para viabilizar estes objetivos, temos desenvolvidos as seguintes estratégias:

- Participação em colegiados ambientais, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Salvador (Comam), Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepram), Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe (CBHRNI) e Conselho Gestor do Parque de Pituaçu.

- Participação de fóruns, redes e movimentos de articulação da sociedade civil com atuação em Salvador, em especial o Fórum A Cidade Também é Nossa e o Movimento Vozes de Salvador.

- Articulação permanente com o Ministério Público Estadual e a Procuradoria da República.

- Diálogo constante com os diversos segmentos públicos, privados e da sociedade civil buscando fomentar uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento urbano e ambiental de Salvador, em especial a proposta da Prefeitura de Salvador denominada Salvador 500.

- Participação em eventos sobre a gestão ambiental e urbanística de Salvador e outros afins.

Monitoramento do processo de licenciamento ambiental do **Complexo Portuário Porto Sul**

Ao longo de 2015 e 2016, o Gambá continuou monitorando o processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul, empreendimento que está previsto para o Sul da Bahia, no município de Ilhéus. Trata-se de um complexo intermodal, envolvendo a construção de um porto privado, de responsabilidade da Bahia Mineração (Bamin), e de um porto público, ainda em planejamento.

No porto público haverá um píer e uma retroárea da Ferrovia Oeste – Leste (FIOL), de responsabilidade da estatal Valec, e, possivelmente, indústrias também virão atraídas por este complexo. O objetivo inicial é escoar a produção de minério de ferro da mina que a empresa Bamin pretende implantar na cidade de Caetité, no Sudoeste do Estado.

A área definida para a instalação do Complexo Intermodal Porto Sul está inteiramente incluída na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Unesco. Mais especificamente, ela está situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada, ampliada, em 2003, com o objetivo de conservar os valiosos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica na bacia do Rio Almada: sua nascente, os manguezais e áreas úmidas associadas a seu estuário. Além disso, devido ao seu patrimônio natural, a região tem outra vocação econômica, baseada no cultivo do cacau e com crescimento do turismo ao longo dos últimos 10 anos.

No entanto, mesmo com todos esses predicativos, com o empreendimento sendo criticado por especialistas e alvo de questionamentos judiciais dos Ministério Público Federal e do Estado da Bahia, o IBAMA tem dado prosseguimento ao processo de licenciamento, além de não observar o cumprimento das condicionantes propostas.

O Gambá tem acompanhado e buscado interferir no licenciamento, mobilizar e acompanhar as ações das entidades locais na discussão do empreendimento e a ação movida pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal questionando o empreendimento.

Observatório do Código Florestal

O Gambá é membro colaborador deste coletivo de ONGs que tem como objetivo monitorar a implementação da nova Lei Florestal (Lei Federal 12.651/12) em todo o país. E, sobretudo, acompanhar o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a intenção de mitigar os aspectos negativos do novo Código e evitar novos retrocessos.

É um espaço que tem gerado dados, análises e informações que promovam a transparência e qualifiquem os debates na sociedade sobre a implementação do novo Código Florestal. O website e as redes sociais do Observatório pretendem ser um instrumento de concentração e disseminação de informações sobre a regularização ambiental de imóveis rurais no Brasil. Acesse e participe: www.observatorioflorestal.org.br

Em 5 de maio de 2016, venceu o prazo para que os proprietários realizassem seu cadastro no CAR. Devido à baixa adesão ao programa, a obrigatoriedade do cadastro foi adiada para 31 de dezembro de 2017.

Na Bahia, dados divulgados pelo Inema em meados de 2017, dão conta que cerca de 21% das propriedades do estado realizaram seu cadastramento no CEFIR, como é chamado o CAR por aqui.

Rede de Ongs da Mata Atlântica
RMA

O Gambá tem atuado como membro da coordenação nacional na retomada da mobilização e atuação política da rede.

Atualmente, a RMA conta com aproximadamente 150 instituições afiliadas e, além de uma lista de emails, conta com um site que foi utilizado como plataforma para atualização, recadastramento e cadastramento das instituições que atuam nos 17 estados brasileiros, detentores do bioma.

Estas ferramentas estão possibilitando uma maior articulação e visibilidade das atividades que estão acontecendo na Mata Atlântica, na política socioambiental, além de interação com as instituições da rede. É um espaço para ser ocupado por todos nós que atuamos na Mata Atlântica. Vamos utilizá-lo: www.rma.org.br

A RMA tem buscado uma interlocução direta com alguns parlamentares no Congresso Nacional, em conjunto com outras entidades do campo socioambiental. Em 2016 essa ação se deu principalmente buscando combater os retrocessos nas leis e políticas ambientais que vêm sendo promovidas pela bancada ruralista.

Em 2015 a Rede Mata Atlântica promoveu a Semana do Meio Ambiente na Bahia, no município de Porto Seguro e contou com a participação do Gambá. Após o momento de palestras e dicussões foi realizada assembleia para eleição de nova coordenação e confecção de um plano de trabalho.

Nesse encontro, o Gambá foi eleito para o Conselho de Coordenação Nacional, representando a região nordeste. Foi também o responsável por mobilizar a filiação de duas organizações do Recôncavo Sul Baiano à rede.

Em 2017, o Gambá continua no Conselho de Coordenção nacional, dessa vez na suplência. O assento ocupado inicialmente por Milene Maia e agora por Renato Cunha.

Além disso, o Gambá tem participado de diversas outras atividades no âmbito da rede, tratando da temática Plano Municipal de Mata Atlântica, onde estamos contribuindo com a nossa experiência para o aprimoramento deste instrumento de gestão territorial.

Articulação Antinuclear Brasileira
AAB

O Gambá está envolvido em ações antinucleares desde a década de 90, quando surgiu a iniciativa da exploração do urânio em Caetité. De lá para cá, vem participando de uma série de atividades nacionais, regionais e locais alertando para os perigos do ciclo nuclear, desde a exploração do urânio passando pelo transporte, beneficiamento, usina nuclear, lixo atômico até o uso bélico desta energia.

Em 2011, em dois encontros nacionais, um no Rio de janeiro e outro em Olinda, organizados pela Fundação Heinrich Boll em parceria com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, quando o Gambá esteve presente, foi criada a Articulação Antinuclear Brasileira (AAB), integrada por ativistas, entidades, movimentos socioambientais e pesquisadores.

Atualmente, o Gambá é um dos facilitadores da AAB, junto com a Associação Movimento Paulo Jackson e com o Movimento Ecossocialista, de Pernambuco, Sapê, de Angra dos Reis, entre outros.

A AAB dedica-se a difundir os argumentos em defesa do uso de energias renováveis e as razões pelas quais combate o Programa Nucelar Brasileiro, imposto pelo regime militar e que o atual governo insiste em dar continuidade.

Em 2015 e 2016, a AAB desenvolveu dois projetos que contaram com o apoio da Fundação Heinrich Boll, e tiveram como patrocinador fiscal o Gambá, visando fortalecer a gestão da Articulação para uma ação política coordenada.

As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Fortalecimento da secretaria executiva
- Manter atualizado o portal e a página no facebook
- Realização de seminário, mostra fotográfica e encontro de trabalho da Articulação em Angra dos Reis
- Apoio às Jornadas antinucleares do Ceará
- Apoio à seminário internacional sobre energia nuclear promovido pelo Senador Cristóvão Buarque.
- Ampliação das articulações com outros movimentos ligados à questão energética e nuclear, como a Coalizão Contra as Usinas Nucleares, o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental e outros movimentos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Participação na Campanha Energia para a Vida, desencadeada pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental e lançada no Fórum Social Temático – Energia, ocorrido em Brasília, em agosto de 2014.
- Manter contato com organizações internacionais sobre o tema, em especial com o Japão e Alemanha.
- Produção e realização da exposição fotográfica “Hiroshima Nunca Mais”, que esteve em exposição em São Paulo, de outubro à dezembro de 2016.
- Promoção do seminário Nuclear: Por que resistimos?, em São Paulo, em outubro de 2016.
- Produção da série de vídeos “Ameaça Nuclear”, tratando dos impactos locais do Programa Nuclear Brasileiro.

Fotos

Lançamento do Plano Municipal de Mata Atlântica de Eunápolis, em junho de 2016

Oficina para construção do Plano Municipal de Mata Atlântica de Belmonte, em agosto de 2016.

Renato Cunha fala sobre aspectos ambientais do PDDU proposto para Salvador em oficina promovida pelo MP-BA em março de 2016.

Milene Maia em evento sobre o Cefir, organizado pelo Observatório do Código Florestal, na ALBA em Salvador

Renato Cunha apresenta os PMMAs na Semana da Mata Atlântica, evento da RMA, realizado em Porto Seguro, maio de 2015.

Lançamento da Exposição Fotográfica Hiroshima Nunca Mais, apoiada pela AAB. São Paulo, novembro de 2016.

Programa

Formação da Cidadania

Rede de Educação Ambiental da Bahia
REABA

A Rede de Educação Ambiental da Bahia tem por objetivo articular os educadores ambientais visando fortalecer a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) e estimular a participação dos profissionais baianos na implementação da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA, 2011).

A publicação da Lei estadual da Educação Ambiental, em 2011, cuja formulação contou com a participação ativa de membros da rede e do Gambá, foi de grande importância para o fortalecimento das ações da Reaba, uma vez que essa Lei tornou-se um marco legal na história da Educação Ambiental baiana.

Nesse sentido, atualmente o Gambá, como membro da rede, vem participando das diversas articulações buscando a devida regulamentação da lei estadual e o fortalecimento da Educação Ambiental no Estado.

O Gambá participa da Reaba desde sua criação em 1992 e hoje é membro ativo da rede na realização da maioria das atividades desenvolvidas por ela.

Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia
CEPRAM

O Gambá é membro suplente do Cepram, representando o segmento das ONGs ambientalistas e cumpre o mandato de 2015/16 como suplente da ONG 10envolvimento.

O Cepram tem perdido muito sua força e o exercício do controle social com a retirada de algumas atribuições ocorrida na mudança da lei estadual de Meio Ambiente.

A principal perda foi a do papel licenciador. Ainda que se reconheça a necessidade de revisão nos procedimentos de licenciamento, essa era uma atribuição que tinha importância para a participação social na gestão ambiental.

Um dos argumentos colocados para esta supressão foi dar mais espaço nas reuniões para a formulação das políticas públicas, o que na realidade não ocorreu. A pauta das reuniões plenárias tem se resumido basicamente à análise de recursos de infrações.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia
CIEA- BA

A CIEA-BA é um espaço público colegiado, estadual, deliberativo no seu âmbito, constituído pelo decreto nº 9.083 de 2004 e reafirmado na Lei Estadual do Meio Ambiente, nº 10.431/2010, que tem como focos fundamentais a elaboração e o acompanhamento da implantação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, na Bahia, de forma descentralizada, democrática e participativa.

No ano de 2015 e 2016, o Gambá participou das atividades da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA), como convidado colaborador, sendo representado por Lilite Cintra, membro do Conselho Diretor da organização.

Grupo de Estudos - Movimento Socioambientalista e a Conjuntura Política
GE-GAMBÁ

Surgido dos anseios expressados na Assembleia Geral 2016 do Gambá, o grupo de estudos foi um espaço para reflexão e construção coletiva. Reunimos pessoas interessadas em trocar conhecimento, refletir e construir coletivamente um espaço de de interação e articulação sobre o movimento socioambientalista baiano. Os encontros do GE serviram para integrar militantes já envolvidos a uma nova geração de interessados nas questões ambientais.

Foram 5 encontros realizados mensalmente, sempre em uma quinta-feira, na parceira Nossa - Casa Colaborativa. Cada encontro contou com convidados que realizaram uma exposição inicial e a mediação do diálogo entre os presentes. Tivemos um público médio de 30 pessoas por encontro, desde militantes históricos até estudantes ingressando agora na profissão e militância socioambiental.

Encontros:

1º - 11/07 - Tema: Agroecologia
Mediação: Carlos Eduardo Leite (Caê)

2º - 04/08 - Ecologia e Políticas Urbanas
Mediação: Ordep Serra

3º - 01/09 - Água - Gestão e conflitos
Mediação: Luiz Roberto Santos Moraes

4º - 05/10 - Licenciamento Ambiental - Legislação e Controle Social
Mediação: Severino Soares Agra Filho

5º - 22/11 - Encerramento - Movimento Socioambientalista e a Conjuntura Política
Mediação: José Carlos Zanetti

Fotos

1º Encontro do Grupo de Estudos, com a mediação de Caê, julho de 2016.

2º Encontro do Grupo de Estudos do Gambá, com a mediação de Ordep Serra, em agosto de 2016.

Redes, Coletivos e Colegiados dos quais o Gambá faz parte:

Redes e Coletivos:

- Abong
- Rede de Ongs da Mata Atlântica
- Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental
- Articulação Antinuclear Brasileira
- Fórum a Cidade Também é Nossa
- Rede Sul Bahia
- Reaba
- Rebea
- Coesa - Conselho das Entidades Socioambientais da Bahia

Colegiados

- Cepram - Conselho Estadual do Meio Ambiente
- CIEA
- Conerh - Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Recôncavo Sul
- Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Litoral Norte
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe
- Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresinha
- Conselho Gestor do Parque de Pituaçu

Comunicação

A comunicação do Gambá

A assessoria de comunicação é responsável por realizar e apoiar os processos comunicativos externo e interno da instituição, difundindo as atividades, discussões e valores do Gambá para a sociedade e também facilitando a comunicação entre os membros da equipe, conselheiros e associados. Além dessas demandas permanentes, os projetos em execução têm suas necessidades específicas de material de comunicação.

A comunicação do Gambá com seu público externo é realizada através dos seguintes canais: site institucional, hotsite do Projeto Ações Ambientais Sustentáveis, duas fanpages no facebook, um perfil no twitter e informativo mensal por email, o Fala Gambá.

Nosso site produziu e publicou 37 notícias durante 2015 relatando nossas atividades ou de parceiros. Ele tem sido bem acessado: total de 173.330 sessões no ano todo, uma média diária de 474 acessos.

Em 2016 foram 175.596 acessos, em uma média diária de 479,77 acessos diários e 27 notícias publicadas.

Importante notar que quase 90% dos acessos se dá através da aba de favoritos ou digitando a URL diretamente no navegador. Isso é sinal de acessos fieis e que o endereço do site é bem conhecido. Somente cerca de 8% dos acessos se dá através de mecanismos de busca como o Google.

O acesso do público ao Gambá tem sido feito através de telefone, facebook, email e, mais raramente, em visitas presenciais ao escritório de Salvador e na base de Elísio Medrado. Os principais tópicos citados nesses contatos são: demanda por compra de mudas, informações sobre a instituição para trabalhos acadêmicos e oferta de trabalho voluntário.

As atividades dos projetos em execução nos últimos dois anos, Projeto Ações Ambientais Sustentáveis, Projeto Serra da Jiboia e Planos Municipais de Mata Atlântica no Sul e Extremo Sul da Bahia demandaram a confecção e disparo de releases que têm difundido as atividades do Gambá em veículos de imprensa do Recôncavo Sul e do Sul e Extremo Sul da Bahia.

A instituição também continua sendo referência na indicação de fontes para as matérias sobre meio ambiente da imprensa local de Salvador.

Além dessa rotina da assessoria da instituição, em 2015 houve inúmeras demandas de peças de comunicação para os projetos executados que ajudam a criar identidade visual dos mesmos. Em 2016 essa demanda esteve mais atrelada a grupos militantes socioambientalistas de Salvador que o Gambá tem apoiado.

Alguns desafios colocados para a comunicação daqui para frente:

- Reestruturar e modernizar o site do Gambá;
- Banco de imagens: foi implementada uma nova plataforma para o banco de imagens, ainda é necessário alimentar e organizar o acervo histórico do Gambá;
- Criar uma estrutura que permita responder às ofertas de trabalho voluntário;
- Realizar uma campanha de filiação e doação de recursos para a instituição.

Negócios Socioambientais

Viveiro do Gambá

O Viveiro de Mudas Nativas do Gambá está instalado no Centro de Pesquisa e Manejo da Vida Silvestre, em Elísio Medrado. A estrutura encravada na Serra da Jiboia permite a produção de 100.000 mudas ao ano e atualmente temos a capacidade de manejar mais de 100 espécies nativas de Mata Atlântica e Caatinga.

Durante o ano de 2015, o Gambá teve a parceria da empresa SER para empreender negócios socioambientais que colaborassem com a sustentabilidade da instituição e que pudessem ser uma alternativa aos recursos de projetos.

O viveiro do Gambá foi identificado como um desses produtos socioambientais a serem trabalhados e para isso a equipe da SER realizou um estudo de custos de produção, mercado e formatou um plano para a produção e venda de mudas.

Com o estudo chegamos a uma tabela de preços e passamos a divulgar o serviço. Em 2015 as vendas foram pouco significativas, somando 435 mudas. Já em 2016 houve uma maior procura e fluxo de vendas, com a comercialização de 5.352 mudas.

Receptivo e Turismo Científico

Outra possibilidade de negócio socioambiental identificada durante a incubação com a Ser foi a realização de cursos de formação, aliado ao turismo de experiência no CPMVS.

O Gambá tem experiência em ofertar cursos variados e receber estudantes e pesquisadores no CPMVS, o desafio era transformar essa experiência em uma atividade rentável.

Desde 2014 e ao longo de 2015 o Gambá mudou seu regimento interno para atualizar os valores cobrados de pesquisadores que se hospedam conosco na Serra da Jiboia.

Em 2015 houve uma tentativa de realizar uma vivência de 3 dias no CPMVS aliada a um curso de interpretação de trilhas. Por falta de interessados a iniciativa não prosperou. A equipe realizou um processo de avaliação e decidiu, por ora, focar na recepção de grupos em que seja garantido um número mínimo de participantes, como escolas e universidades.

O turismo científico de pesquisadores em trabalho de campo mostra-se uma boa oportunidade. Em 2016 recebemos duas turmas de estudantes da UFBA e a experiência mostrou-se bem sucedida e lucrativa.

Para aperfeiçoar o receptivo, está sendo contruído no CPMVS um espaço de alojamento para até 20 pessoas. Hoje a acomodação para mais de 7 pessoas é feita em barracas. A reforma foi iniciada com recursos do Projeto PAAS, mas estes não foram suficientes e vai ser necessária complementacão para finalizar a obra.